

Nas emendas, o caminho para

O GLOBO Domingo, 10/11/85

ECONOMIA •

o político obter voto

BRASILIA — Se o Congresso Nacional pudesse legislar sobre o projeto da lei orçamentária — ao invés de apenas aprovar na íntegra a proposta do Poder Executivo — os critérios para a destinação dos recursos seriam, no mínimo, bastante curiosos. Das 304 emendas apresentadas por 14 parlamentares ao orçamento fiscal de 1986, mais de 200 foram destinadas às suas bases eleitorais.

Isso é fácil de explicar. Para os poucos parlamentares que apresentaram emendas ao orçamento, mesmo sabendo que todas seriam vetadas, é mais importante garantir recursos para o pequeno município de Itapissuma, em Pernambuco — que lhe fornece votos para a próxima eleição — do que destinar verbas para evitar novos blecautes de energia elétrica no País.

Pelas emendas, por exemplo, o Ministério da Educação seria obrigado a destinar mais de Cr\$ 2 bilhões para pouco menos de 30 municípios do Mato Grosso do Sul ou, então, seriam retirados Cr\$ 200 milhões do Ministério da Indústria e do Comércio para a restauração do Palácio do Comércio de Crato, no Ceará.

O Mato Grosso do Sul seria o Estado mais contemplado com as aplicações do dinheiro público. Isso porque o Deputado Rubem Figueiro (PMDB/MS) deslocaria recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, do Ministério da Educação, dos Encargos Gerais da União e até mesmo da Reserva de Contingência (utilizada para atender calamidades públicas e reajustes de salário do funcionalismo) para atender aos municípios de seu Estado.

O município de Rio Brilhante, por exemplo, seria agraciado com Cr\$ 60 milhões para a Educação, Cr\$ 200 milhões destinados à eletrificação rural e mais Cr\$ 20 milhões para a infra-estrutura urbana.

Rubem Figueiro, não poderia, porém, esquecer os outros rincões de seu Estado. Por isso, foi o parlamentar que mais apresentou emendas, todas beneficiando apenas o Mato Grosso do Sul.

Das suas 149 emendas, são contempladas entre outras, cidades como Ivinhema, Anastácio, Amambai, Bodoquena, Navaraí, Bataguassu,

Sidrolândia e Quebra-Coco, que sequer aparecem nos mapas escolares do Brasil.

Pernambuco seria outro Estado privilegiado. Pela vontade do Senador Nivaldo Machado (PFL/PE) que começou a cumprir seu mandato em março, com o licenciamento do Ministro Marco Maciel, seu Estado ganharia verbas dos Ministérios da Educação, Saúde, Interior, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, além dos encargos gerais da União e da Reserva de Contingência. Até mesmo o pobre Ministério da Cultura, às voltas com uma já quase crônica escassez de verbas, teria de destinar recursos para a preservação do patrimônio histórico aos municípios de Olinda, Recife e Igarassu. As 19 emendas de Nivaldo Machado atenderiam, ainda, os municípios pernambucanos de Jaboatão, Paulista, Abreu e Lima e Itapissuma.

O Deputado Virgildásio de Sena (PMDB/BA) preferiu garantir recursos para a restauração da Estrada Serrinha-Barra do Tarrachil, saneamento ambiental de Santo Amaro e da Bacia Hidrográfica de Subae-Sergi-Mirim e melhoria da Rede Ferroviária de Salvador, na Bahia, o que significaria Cr\$ 320 milhões.

Para o Deputado Floriceno Paixão (PDT/RS) seria imprescindível destinar recursos do orçamento da União para a restauração de uma passarela na Vila Scharlau, na

Grande Porto Alegre, a complementação do trecho São Leopoldo-Estância Velha da BR-116. A conclusão de um trecho da BR-158 em Santa Catarina foi a única preocupação do Deputado Casildo Maldaner (PMDB/SC).

Além da destinação de recursos para os seus Estados, algumas contribuições dos parlamentares reduziram-se à aplicação de verbas em pequenas causas. O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, em sua única emenda, gostaria de destinar Cr\$ 3 milhões em bolsas de estudo ao Território do Amapá. Os estudantes do Amapá, aliás, já seriam contemplados pelo Deputado Clark Platon (PDS/AP), que também queria garantir Cr\$ 3 milhões em bolsas de estudo.

Foram muito poucas as emendas cujas verbas seriam aplicadas em toda uma região ou que servissem para fortalecer e aprimorar alguns organismos federais. Entre os parlamentares que se preocuparam com isso destaca-se o Deputado Osvaldo Nascimento (PDT/RS), que destinou Cr\$ 10 bilhões para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e mais Cr\$ 10 bilhões para serem transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Esse quadro sugere apenas uma indagação: como o Congresso Nacional, visto o exemplo deste ano, se comportará quando puder, realmente, legislar sobre as questões econômicas?

